

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo- SMMAT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Capítulo II, da Lei Municipal nº 1.139 de 30 de maio de 2022, atendendo ao requerimento relativo ao Processo #P0126746523, outorga a presente

LICENÇA Nº066/2026/SMMAT/LICENÇA DE OPERAÇÃO

em favor da SAMUEL BISPO DE SOUSA SANTOS - CENTRO CLÍNICO AMEDVET, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.542.718/0001-50, sediada na Rua Francisco Barbosa de Souza, nº 94, Bairro: Nova Esperança, em Nossa Senhora da Glória/SE, CEP 49.680-000, solicita essa licença para Atividades Veterinárias.

Considerações Gerais:

01. Esta Licença de Operação foi emitida às 08:25 do dia 23/02/2026, com validade de 03 anos vencendo-se dia 23/02/2029;
02. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigida por força de legislação federal, estadual ou municipal;
03. O não cumprimento das obrigações aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei;
04. Na hipótese do requerimento de renovação da presente Licença, deverá ser solicitado 120 (cento e vinte) dias antes do seu término;
05. A SMMAT, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - c) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - d) Superveniência de normas técnicas e legais sobre matéria;
06. Esta licença não autoriza intervenções em áreas de Preservação Permanente-APP;
07. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBR nº 10.151 e nº 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução Conama nº 01/1990;
08. Os resíduos sólidos gerados pela execução da obra deverão ser gerenciados e destinados segundo a Resolução Conama nº 307/2002;
09. Durante a execução da obra, o empreendedor deverá manter cópias em suas dependências das licenças das jazidas fornecedoras de matérias-primas, bem como esta licença;
10. Quaisquer alterações que porventura venham ocorrer no momento da execução das obras, relativas ao projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, deverão ser apresentadas para devida aprovação.

Obrigações do empreendedor:

01. Dentro do prazo de 30 dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá afixar no estabelecimento placa alusiva à licença ambiental, em local visível, de preferência próximo ao acesso do empreendimento, nas dimensões mínimas de 0,50cm de largura por 0,70cm de altura, conforme modelo e instruções fornecidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Condicionantes:

01. Esta licença autoriza exclusivamente a atividade de clínica veterinária com realização de pequenos procedimentos cirúrgicos em animais de pequeno porte, vedada qualquer ampliação ou modificação sem prévia anuência, durante a vigência da licença.
02. O empreendedor deverá manter esta licença válida durante todo o período de funcionamento do empreendimento, durante a vigência da licença.
03. Qualquer alteração na estrutura física, capacidade de atendimento ou natureza da atividade deverá ser previamente comunicada a esta secretaria para reavaliação do licenciamento, durante a vigência da licença.
04. Apresentar comprovante de realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos efluentes sanitários, realizado por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, durante a vigência da licença.
05. O sistema de tratamento deverá ser operado de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de insetos e outros inconvenientes, bem como como afastar possibilidade de poluição de quaisquer área, durante a vigência da licença.
06. Implantar e manter atualizado o PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme RDC ANVISA nº 222/2018 e normas ambientais vigentes, durante a vigência da licença.
07. Armazenar medicamentos e produtos químicos conforme normas da ANVISA, evitando vazamentos, contaminação do solo e acesso indevido ao público, durante a vigência da licença.
08. Implantar procedimento para recolhimento e armazenamento temporário de medicamentos vencidos, próprios ou recebidos do consumidor, durante a vigência da licença.
09. Garantir destinação final ambientalmente adequada dos medicamentos vencidos, conforme legislação específica, durante a vigência da licença.
10. O empreendedor deverá disponibilizar materiais absorventes para contenção de pequenos vazamentos de produtos químicos, durante a vigência da licença.

11. Realizar a segregação dos resíduos na fonte geradora, conforme classificação dos Grupos A (infectantes), B (químicos), D (comuns) e E (perfurocortantes), conforme PGRSS, no prazo de 30 (trinta) dias.
12. Acondicionar os resíduos em recipientes adequados, devidamente identificados e padronizados, conforme PGRSS, durante a vigência da licença.
13. Manter área exclusiva para armazenamento temporário de resíduos, dotada de piso impermeável, ventilação adequada, cobertura e acesso restrito, durante a vigência da licença.
14. Contratar empresa devidamente licenciada para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde e restos biológicos de animais, durante a vigência da licença.
15. Manter arquivados, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, os comprovantes de coleta e destinação final dos resíduos, disponíveis para fiscalização, durante a vigência da licença.
16. Manter as instalações físicas com pisos e paredes revestidos com material impermeável e lavável nas áreas técnicas, durante a vigência da licença.
17. Assegurar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPI pelos colaboradores, durante a vigência da licença.
18. Realizar treinamento periódico dos funcionários quanto às normas de biossegurança e manejo adequado dos resíduos, durante a vigência da licença.
19. Disponibilizar kit para atendimento emergencial em caso de acidentes com material perfurocortante ou derramamento de resíduos, durante a vigência da licença.
20. O descumprimento das condicionantes estabelecidas poderá implicar na suspensão ou cancelamento da licença, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação ambiental vigente, durante a vigência da licença.

Maria Natália Oliveira Silva

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto Municipal nº1023/2025